

Topônimos de Origem Indígena: O papel do tupi na nomeação dos lugares goianos

Place Names of Indigenuos Origin: The role of tupi in the appointment of Goiás places

Kênia Mara de Freitas Siqueira

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (Goiás/Brasil). Docente da Universidade Estadual de Goiás (Goiás/Brasil)

keniamara@hotmail.com

Nismária Alves David

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (Goiás/Brasil). Docente da Universidade Estadual de Goiás (Goiás/Brasil)

nisdavid@yahoo.com.br

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas; DAVID, Nismária Alves. Topônimos de Origem Indígena: O Papel do Tupi na Nomeação dos Lugares Goianos. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, v.3, n.1, jan.-jul. 2014, p.119-131.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar alguns dados acerca da relação entre os topônimos de origem indígena do estado de Goiás e o ecossistema linguístico que, por sua vez, envolve a inter-relação entre língua (L), população (P) e território (T). Para tanto, são consideradas as motivações que subjazem à escolha de um nome para determinado lugar como processo que vai da percepção biológica dos objetos do mundo físico e cultural à apreensão e compreensão desses objetos estruturados a partir da relação de P sobre T refletidas em L. A metodologia consiste em pesquisa de cunho documental, de abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, já que a constituição dos “lugares” está registrada em documentos públicos e levantamento histórico geográfico.

Palavras-Chaves: Ecossistema; Topônimos; Língua; População; Território.

Abstract

This article aims to present some data on the relationship between place names of Indian origin in the state of Goiás and linguistic ecosystem that, in turn, involves the interplay between language (L), population (P) and territory (T). Therefore, they are considered the motivations underlying the choice of a name for a particular place like process from the perception of biological objects of the physical world and the cultural to the understanding and apprehension of these structured objects starting from the relationship of P on T reflected in

L. The research methodology consists of documentary stamp, of qualitative approach, to data collection, since the establishment of the "places" is recorded in public documents and historical geographical survey.

Keywords: Ecosystem; Place Names; Language; Population; Territory.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados de um estudo sobre os topônimos goianos de origem tupi numa perspectiva ecossistêmica, ou seja, uma análise voltada para as relações entre língua (L), população (P) e território (T), ou Ecossistema Fundamental da Língua (EFL). Para tanto, é preciso pensar na língua (L) e seu Meio Ambiente (MA), partindo da ideia básica de que a língua “faz parte de uma grande teia de relações”. Nesse sentido, para que exista L, é necessário que antes, exista um T em que P viva e conviva. Da convivência entre os Ps, emerge a L. O P está entre a L e o mundo (ou T), P é uma espécie de filtro por onde a língua tem de passar. Assim, pode-se dizer, mais ou menos como Sapir-Whorf, que a língua reflete o mundo, mas não de maneira mecânica, a visão de mundo é formulada pela língua, mas, de certa forma, essa visão de mundo advém do próprio mundo. O que quer dizer que a maneira de ver o mundo não é determinada pela língua, é apenas direcionada por ela.

Para Couto (2007), do ponto de vista ecológico, P, T e L não podem ser separados um do outro, pois formam um todo, um ecossistema. Encontram-se em relação, mas podem ser estudados separadamente. Deve-se considerar, entretanto que organismos e lugares moldam-se mutuamente, a maioria das culturas situa-se em determinado território, os seres humanos alteram seu MA (habitat) para adequá-los a si próprios. Os membros de P interagem entre si além de interagirem com T. Das intensas interações entre P é que surge a L. Assim, a relação entre L e T é mediada por P.

De acordo com Couto (2007): a importância de T para emergência de L “é o fato de um dos primeiros itens lexicais de uma língua em formação, numa situação de contato, é o nome para o próprio T (topônimo). O que leva a afirmar que há uma nova comunidade de fala quando essa recebe um nome.

Em relação à metodologia de pesquisa, pode-se dizer que se trata basicamente de uma pesquisa de natureza documental, de abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos e levantamento histórico geográfico. Procura-se também, verificar e atualizar os dados por meio de pesquisa in loco em entrevistas com os moradores mais antigos dos

respectivos municípios. Recorre-se a Sampaio (1928) e Tibiriçá (2009) para as questões de ordem etimológica e para verificação de dados históricos, ao Sepin/Seplan Goiás.

Dessa maneira, parte-se da evidência de que o signo toponímico apresenta caráter pluridisciplinar já que, por meio dele, pode-se conhecer a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) em determinado lugar, as peculiaridades socioculturais e ambientais de um povo, o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema, as características físico-geográficas da região (geomorfologia), estratos linguísticos de origem diferente do uso contemporâneo da língua ou mesmo de línguas já desaparecidas para se conhecer as motivações subjacentes aos respectivos topônimos.

Ecologia Fundamental da Língua

O conceito básico para ecologia é o de ecossistema. Para um estudo da língua numa abordagem ecolinguística, o equivalente desse termo é “Ecossistema Fundamental da Língua”, que é constituído por L, P e T. O conceito ecossistema carrega a ideia ímpar de relação, em outras palavras, por ecossistema se entende “relações entre os seres vivos em geral”. O EFL remete, por sua vez, à Comunidade, que é, de fato o verdadeiro ecossistema fundamental da língua.

Na esteira desse pensamento, os estudos ecolinguísticos podem ser concebidos de acordo com a frase de Machado (2012, p. 100): “A vida sempre depende de outras vidas”; ou melhor, a vida é teia de relações, é uma rede constituída por indivíduos que se influenciam mutuamente; um sempre depende do outro não importa em que ponto da cadeia esteja. O que afeta um, mais cedo ou mais tarde, afetará o outro.

De acordo com Couto (2007, p. 92), “Comunidade é [...] o ecossistema imediato em que a língua está inserida, o que significa que toda língua tem se enquadrar nele”. Dessa maneira, o EFL constitui-se de um P que tem uma língua (prototípica ou não) sobre um determinado T. Embora haja CF que não tenham um território específico oficial como os nômades¹ e as línguas de sinais, isso não refuta a tese do EFL, porque, de alguma forma, esses P dispersam-se sobre outros territórios que não o deles especificamente.

Língua (L), População (P) e Território (T)

Conforme Couto (2007), “L é o modo de os membros de P interagirem entre si no T em que convivem”. Cabe ressaltar, por outro lado, que a língua é uma linguagem plurissígnica, formada por muitos signos: referenciais (itens lexicais) e tácitos (regras de combinação desses signos). Essas

características fazem com seja possível dizer e expressar praticamente tudo que for preciso de determinada CF.

O fato a ser salientado é que L não é uma “coisa”, ou melhor, não se pode reificá-la, deve-se pensar sempre na relação de L com o MA. Como a língua é também um sistema de subsistemas, é evidente que um estudo ecológico da língua deve refletir ainda a relação desses subsistemas com seu MA.

Segundo Couto (2007), o ponto P do EFL apresenta três significações, a saber: designa os organismos humanos que fazem parte do meio ambiente físico; P está para a parte mental dos membros da comunidade; indica também cada membro da CF numa perspectiva coletiva, isto é, são seres sociais que interagem e compartilham diversas linguagens.

Para Bastardas i Boadas (*apud* Couto, 2007): “[...] o primeiro contexto das línguas é constituído pelo povo que as trazem e as fazem existir”. População é o elemento dinâmico de uma CF, sem o qual não existiria a língua e o território seria algo inerte à espera de uma população que o ocupasse e construísse L.

O território é o componente mais concreto da Comunidade, pois conforme Sapir “toda língua tem uma sede”². Para outras áreas de estudo, território é definido como sendo áreas controladas por animais, que excluem estranhos, nesse sentido, o território não é apenas trechos fixos da topografia, ele pode ser flutuante ou espaço temporal.

Convém lembrar que esse território é físico em primeira instância, mas se estende por espaços não físicos, porém sensoriais, antropoculturais no sentido de que existem no ambiente mental da língua, ou melhor, no ecossistema mental da língua que guarda as informações acerca de como a língua foi formada, armazenada e processada no cérebro, nas conexões neurais. Em relação a isso, deve-se sempre refletir sobre a questão da adaptação, seja em que âmbito ela se der: adaptação ao território, à cosmovisão do grupo. Mesmo que espaços criados no imaginário popular, as fronteiras e limites do território físico geográfico são mentalmente traçadas, as fronteiras do lugar nomeado se encontram bem definidas pelos indivíduos que o habitam. Lugares esses que também requerem adaptações haja vista as necessidades mais subjetivas criadas ao longo da trajetória de ocupação dos espaços tomados pelo ser humano. Dito de outro modo, há uma acomodação no mundo mítico, pois o conjunto de lendas e histórias que explicam aquilo para o qual P não encontra uma resposta na lógica, resguarda a manutenção de tradições, costumes, ritos oferecendo a realização plena de suas subjetividades, ainda que em muitos períodos, a população se veja em

situações de atuação do princípio da abertura ou porosidade, ou melhor, situações de contato e/ou trocas de energia com ecossistemas adjacentes.

Nesse sentido, o topônimo pode ser considerado um repositório de tudo que diz respeito ao Ecossistema Fundamental da Língua (EFL), pois mantém elementos linguísticos que podem sinalizar para as prováveis conexões que regem a teia da vida, manifestadas nas relações estabelecidas entre as sociedades humanas e a natureza e apresentadas e representadas pela língua.

O que é necessário reafirmar é a importância do território na formação, existência e transformação da língua já que o T se manifesta na língua de várias maneiras, mas a mais evidente se efetua no léxico de L, nível linguístico mais susceptível a influências de fatores extralinguísticos, tais como clima, topografia, diversidade biológica e cultural. Como exemplo disso, enquadram-se os topônimos, já que uma das primeiras ações de P em relação a T é no sentido de dar-lhe um nome. Os topônimos têm assim a função precípua de anunciar que o lugar recém-povoado ou descoberto tem forma e existência pelos nomes que recebe. Isso coaduna com a ideia, enfatizada por Couto (2007), de que uma das primeiras ações quando se chega a um lugar desconhecido é nomeá-lo. Dessa maneira, só é possível se referir a um determinado lugar se ele for antes nomeado. Não há como anunciar o desconhecido, o anônimo, aquilo para o qual ainda não se estabeleceu uma designação.

Toponímia

É pelo uso da língua que cada grupo humano nomeia o ambiente que o cerca em função, principalmente, de suas necessidades mais imediatas. Isso, de alguma maneira, denota a interinfluência que existe entre a linguagem e a forma como P relaciona-se com o ambiente. Assim, a toponímia constitui importante área do conhecimento humano capaz de revelar características do ambiente físico e de aspectos da cultura, da sociedade, da história e da geografia dos aglomerados humanos inclusive estabelecendo vínculos teórico metodológicos com essas áreas.

O processo de escolha de nomes para os lugares envolve uma série de aspectos que precisam ser elucidados para que se possa então pensar na elaboração ou reformulação de uma proposta metodológica mais adequada ao estudo e à categorização da toponímia goiana.

Para Rudnykyj (1958 *apud* Tent & Blair, 2011), devem ser considerar alguns princípios básicos para uma classificação toponímica: os fatores históricos envolvidos na escolha do nome, os fatores linguísticos e os onomásticos propriamente ditos. Os aspectos onomásticos se referem aos

nomes autóctones indígenas, aos nomes transplantados das línguas europeias para a América e às criações toponímicas.

Em outra direção, Stewart (1954) apresenta uma proposta de classificação dos topônimos, postulando nove classes de nomes: nomes descritivos³, semanticamente transparentes, pois as razões do nome são facilmente reconhecidas; os nomes possessivos, os nome incidentes, nomes comemorativos, nomes eufemísticos, nomes alterados⁴ (mudados), etimologias populares e nomes “errados”, por conterem algum tipo de erro seja tipográfico, de letra ilegível para os copistas, seja qualquer outro tipo de equívoco em relação à designação correta do lugar.

Segundo Dick (1990), essa classificação de Stewart não é inteiramente adequada à realidade toponímica brasileira. Disto decorre o fato de Dick ter elaborado uma proposta de categorização toponímica única, diferente dos métodos utilizados em Onomástica e Toponímia pelos estudiosos europeus e norte-americanos, mas mais adequada às pesquisas toponímicas empreendidas no Brasil.

Assim, para Dick (1990), a nomeação, como atividade de significação envolve a percepção biológica dos objetos do mundo transformados em substâncias estruturadas pela apreensão/compreensão refletidas na visão de mundo de determinada população.

Essa percepção e apreensão/compreensão dos objetos leva a estabelecer um processo de conceptualização em que ocorre a produção de modelos mentais, que de certa forma, correspondem aos recortes culturais (designatas) feitos por P e representados (ou apresentados) em L. Após esse percurso, ocorre a produção de significação, ou melhor, estabelece-se a lexemização para, então, realizar a produção discursiva mediante a atualização das lexias que deixa o nível cognitivo e se converte em signo.

Por outro lado, a nomeação dos lugares não ocorre da mesma maneira como se faz a denominação de objetos criados no universo das ciências e das linguagens de especialidades. A nomeação dos lugares (acidentes geográficos e acidentes culturais), diferentemente, segue procedimentos que têm origem em fatos históricos, sociais, culturais e ambientais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado a partir da inter-relação L, T e P. L surge da relação de P com T, em outras palavras, a visão de mundo de P, reflete-se na língua, mas advém do próprio mundo.

Os índios da província de Goiás

Conforme Rocha (1998), os dados etno-históricos indicam que região que hoje é Goiás servia de passagem de grupos indígenas que transitavam entre a cidade de Goiás (Vila Boa) e o aldeamento do Carretão. Habitavam, pois estas terras os grupos étnicos: os Kayapó Meridionais (habitavam a área que se estende do sul de Goiás, Triângulo Mineiro até noroeste de São Paulo) e os Setentrionais os Gorotire e os Gradahu; os Karajá, Xambioá e Javaé (viviam praticamente nas praias do Araguaia e Ilha do Bananal), a população indígena aldeada no Carretão ficou conhecida como Tapuios (outro povo, região dos bárbaros ou tapuyas, novo dado pelos Tupi para as outras nações indígenas), segundo Ribeiro (1998), os Tapuios eram descendentes de quatro grupos distintos: os Akwe: os Xavante e os Xerente, os Kaiapó e os Karajá; ainda havia os Avá-Canoeiros (Tupi), habitavam a extensa região entre os rios Maranhão e Tocantins; os Timbira Ocidentais Apinajé e os Orientais os Krahó, viviam na região que abrangia sul do Maranhão e norte de Goiás (hoje Tocantins); mais para o interior existiam outras aldeias formadas pelos índios Tapirapé (oeste do rio Araguaia) e Guajajara (Tenetehara). Aparecem referências também aos grupos Crixás, Guanicans e aos Guayazes cuja existência, segundo Quintela (2006), é ainda controversa. Como se vê as línguas faladas pelos povos da região não eram línguas da família linguística Tupi-guarani, no entanto, os topônimos de origem indígena de Goiás, em sua maioria, são de base linguística derivada do tupi, ou Língua Geral Paulista (LGP).

Segundo Rodrigues (2006), a grande quantidade de topônimos tupi em áreas que não foram habitadas por povos dessa filiação linguística se explica pela expansão produzida pelas bandeiras paulistas (séc. XVII e XVIII) uma vez que os mestiços que usavam a língua tupi (mais especificamente uma língua modificada pelo convívio com a língua portuguesa, a LGP), passaram a integrar as bandeiras dirigidas mais para o interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Eles usavam as duas línguas (tupi e a língua portuguesa) para dar nomes aos lugares por quais iam passando com palavras do léxico tupi ou do português. Isto fez com que o tupi se fixasse em áreas como Minas Gerais e Goiás, onde, na verdade, esses povos nunca estiveram.

O papel do tupi na toponímia goiana

O estado de Goiás possui 246 municípios, desses, 70 têm nomes de origem indígena, apresentam uma base tupi ou algum outro elemento constitutivo do nome, seja raiz ou sufixo tupi, mas, por razões de espaço, apenas os que surgiram entre os séculos XVI e XIX são descritos. Por exemplo: “Anhanguera” apresenta apenas morfemas tupi (*na-nhan*, *anhaga* ‘gênio malfazejo’ +

uera ‘que foi’); Buritinópolis combina base tupi com radical grego (*mbiriti* ‘nome de uma palmeira’ + *-polis* ‘cidade’), seja como primeiro elemento ou como segundo elemento do topônimo como em “Campinaçu” que combina base latina (português) com tupi (*campus* ‘terreno para plantio’ + *-çu* ‘grande’) e, em compostos, tais como “Buriti Alegre”, tupi e português (*mbiriti* ‘nome de uma palmeira’ + alegre ‘animado’).

Alguns desses municípios surgiram das primeiras povoações da então Província de Goiás por volta de 1683 ou, posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, durante o ciclo do ouro em Goiás. Por volta de 1647, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) chegou às cabeceiras do rio Vermelho e contactou alguns índios, chamados goyá. Já em 1726, seu filho de mesmo nome, em outra bandeira, fundou o arraial da Barra (Buenolândia), e no ano seguinte os de Ouro Fino, Ferreiro e Sant’ana, este daria origem a Vila Boa (hoje cidade de Goiás), antiga sede administrativa da Capitania de Goiás.

Tanto a província como a cidade receberam o nome “Goiás” devido à lendária população de índios goyá (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça’ ou conforme documentos antigos, tem-se *guayás* e *guayazes* para designar uma nação selvagem que vivia em Goiás antes das bandeiras);

Sob a ótica científica, conforme Quintela (2006), os índios goyá são os menos conhecidos, embora do ponto de vista folclórico sejam os mais mitificados, além de terem sido incorporados à parafernália indigenista que integra o imaginário construído em torno do *volksgeist* que cerca a total falta de informações científicas acerca da verdadeira existência de uma população de índios goyá.

Para Quintela (2006, p. 47), “desde a criação da Capitania de Goiás, a nação dos Goyases somente existia como uma vaga lembrança no imaginário coletivo”. Em termos etimológicos, “goyá” é apresentado em contraparte ao termo “tapuia”, também de origem tupi, este para se referir a qualquer povo indígena de procedência não tupi, ou seja, aqueles que falavam línguas de outros troncos linguísticos, principalmente as línguas do Macro-jê. Enquanto que o termo “goyá” se referia à gente da mesma etnia tupi, parecido, indivíduo semelhante aos tupi.

Por outro lado, o termo goyá serviu de base para formação de vários topônimos seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja posteriormente, já no século XX. Assim, surgiu Goiandira (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + *-dira* elemento desconhecido). Habitada primitivamente pelos Kayapós, depois tomada, em 1800, por Tomás Garcia com o nome de Campo Limpo. No entanto, Goiandira só foi se desenvolver com a chegada dos trilhos da estrada de ferro por volta de 1915.

Goianésia é outro topônimo cuja origem data de 1857, num lugar entre Jaraguá e Pirenópolis, chamado Calção de Couro, por ser banhado por um córrego com mesmo nome. O topônimo, no entanto, é uma referência à cidade mineira de Guaranésia, onde nasceu Laurentino Martins, fundador da cidade.

Em relação a Goiatuba (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + *-t(i) uba* ‘abundância, coletividade’), pode-se dizer que os primeiros aglomerados humanos deram-se em 1860 quando antigos bandeirantes seguiram para oeste em busca de ouro e pedras preciosas e quando pessoas vindas de Minas Gerais se fixaram no território para criação de gado.

Já Goiânia, Goianira e Goianópolis são mais recentes, esta última tem suas primeiras edificações em 1928, conhecida como “Currutela”; enquanto Goianira data de 1920 e Goiânia tem sua fundação em 1937, construída para abrigar a nova sede administrativa do estado de Goiás.

As demais cidades que tiveram suas primeiras povoações ainda nos séculos XVIII e XIX são Aragarças, Anicuns, Aruanã, Caiapônia, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Crixás, Cumari, Iaciara, Inhumas, Ipameri, Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Mairipotaba, Mambaí, Piracanjuba, Porangatu.

A primeira leva de garimpeiros em Aragarças, ocorreu em 1872, vindos do Mato Grosso e sendo exterminados pela tribo que habitavam o lugar, os Bororos. O topônimo é formado pela aglutinação de “Araguaia” em cuja margem se situa com “Garças”, seu afluente que faz confluência no lugar.

O surgimento de Anicuns deve-se à mineração, a abundância de ouro na região fez convergir para o lugar os primeiros elementos humanos, mais tarde o solo fértil propiciou o cultivo da terra e a criação de gado. O locativo “Anicuns” deve-se à tribo indígena Guanicuns que habitava a região e que, por sua vez, ornavam-se com a plumagem dos pássaros de mesmo nome, estes se destacavam pelo porte, peso e comprimento de suas asas.

Um presídio militar, cuja construção ocorreu em 1850, deu origem a um incipiente povoamento próximo à confluência do Rio Vermelho com o Rio Araguaia. Muitas etnias habitavam o território entre elas destacavam-se os Karajás (que ainda habitam a região). Para homenagear a imperatriz, o lugar recebeu o nome de “Leopoldina”, com a chegada de religiosos, passou a se chamar “Santa Leopoldina”, mas, com a emancipação à vila, em 1868, volta a denominar-se “Leopoldina”. Em 1939, tornou-se “Aruanã”, nome de um peixe abundante na região.

A região habitada pelos Kaiapó foi devassada pelos mineiros em busca do ouro. Com a construção de uma igreja em louvor ao Divino Espírito Santo em 1845, surgiram as primeiras casas do então povoado de Torres do Rio Bonito, depois em 1911, apenas Rio Bonito e em 1943, tem seu nome mudado para “Caiapônia” (do tupi *caá-y-póra* + *-(a)nia* variação do sufixo nominal do latino *-a#nus*, *-a#na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, origem entre outras) em lembrança aos primeiros habitantes da região.

Corumbá de Goiás (sm. do tupi *curú-mbd* ‘seixos esparsos, cascalho raso’), Corumbaíba (Corumbá + corr. do tupi *-yba*, *yb-á* ‘o que nasce da árvore, o fruto’), surgiram respectivamente em 1731 e 1885, a primeira como polo de mineração nos Rios Corumbá e ribeirão Bagagens, a segunda, como ponto forçado de passagem de viajantes vindos de São Paulo (ou de outras partes do país) para Vila Boa, capital da província de Goiás.

O início do povoamento da cidade de Crixás deu-se ainda em 1726, com a passagem da bandeira de Bartolomeu Bueno Filho ao descobrir no lugar ricas minas de ouro. No entanto, a região já era habitada pelos índios da etnia “Kirirás” ou “Curuchás”, adaptado em tupi para “Crixás”.

“Sesmarias das Rosas”, posteriormente, conhecida por Samambaia, caminho de passagem para os que se dirigiam à Vila Boa, tornou-se, em 1908, “Cumari” (adj. corr. tupi *cu-mbori* ‘que excita a língua’) devido à planta nativa de mesmo nome abundante na região.

Por volta de 1881, um escravo de nome Miguel Cardoso da Conceição, promoveu uma ladainha em louvor a Santo Antônio, a partir de então, os festejos se tornaram frequentes dando origem ao povoado de “Boa Vista”, mais tarde “Iracema” e, em 1887, foi elevado a distrito com o topônimo “Iaciara” (do tupi *jassy-ara* ‘nome próprio’).

Em relação aos topônimos Inhumas e Ipameri, tem-se respectivamente, o primeiro surgiu em 1858, com a Fazenda Goiabeiras (árvore frutífera abundante na região); em 1886, atraídos pela fertilidade das terras, o lugar recebeu os primeiros moradores, mas somente em 1908, passou a “Inhumas” (do tupi *nhã-um* com anteposição do artigo “a” ‘ave preta’) devido à ave que, com seu canto, traz nostalgia às margens dos ribeirões da região. Já Ipameri, antes “Vai-vém”, depois “Entre Rios”, tornou-se “Ipameri” (sm. do tupi *upaba* ‘água de mosca de lago’ + *mberu* ‘mosca’ + *y* ‘água’, ‘lagoa pequena’) em 1904, mas o moradores consideram que o termo significa ‘entre águas ou entre rios’.

Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã e Itauçu (os “itá”) surgiram entre 1755 e 1892. Esses locativos apresentam a base tupi “ita” ‘pedra’ e remetem a aspectos naturais ou subjetivos, especificando o

termo “pedra”, respectivamente: (*itabera-y* ‘rio de pedra luzente’); (*itá-apyra-puama* ‘ponta de pedra’); (*itá-r-u-ymã* ‘antigo bebedouro de pedra’) e (*ita-ussu* ‘pedra grande’).

Por volta de 1824, foi aberta uma estrada para ligar Anhanguera (GO) a Uberaba (MG), com o nome de “Itumbiara”. Foi instalado um posto de arrecadação à margem do Rio Paranaíba, onde surgiu o povoado “Porto de Santa Rita”, depois apenas “Porto”. A partir de 1943, com a emancipação, o topônimo da cidade passou a ser o mesmo da estrada, isto é, “Itumbiara” (do tupi *ytu-embé-ara* ‘cachoeira que cai pelas bordas’). Para os moradores, o termo significa ‘caminho da cachoeira’.

O início do povoamento de Jaraguá se deu no século XVIII pelos faiscadores que acorreram ao córrego dos Jaraguás atraídos pelo prenúncio da riqueza aurífera do lugar. A construção da capela em louvor a Nossa Senhora da Penha impulsionou o crescimento do arraial que teve como primeiro nome “Nossa Senhora da Penha de Jaraguá”, depois apenas Jaraguá (do tupi *yara-guá* ‘ponta proeminente, dedo de Deus’) nome de planta de fibras têxteis.

Diferentemente dos demais municípios fundados em decorrência da extração do ouro em Goiás, Jataí (do tupi *y-a-ataí* ‘árvore de fruto duro’, designa também uma espécie de abelha) teve seus primeiros núcleos populacionais relacionado à expansão de gado em 1836 fundando uma fazenda às margens do Rio Claro, posteriormente uma capela em louvor ao Divino Espírito Santo de Jataí, surgindo então o distrito de Paraíso de Jataí.

Tanto Mairipotaba como Mambaí tiveram início na segunda metade do século XIX. Mairipotaba (do tupi *mairy* ‘a grande população’ + *taba* ‘do tupi geral ‘o povoado, o arraial’) desenvolveu-se em torno da estação telegráfica criada pelo governo da União em 1892. Mambaí surgiu próximo ao Córrego Riachão, primeiro topônimo do município, alterado por documento desconhecido para “Mambaí” (do tupi *amambaí-y* ‘rio das samambaias’).

O povoamento de Piracanjuba (do tupi *pirá-acan-yuba* ‘peixe de cabeça amarelaou dourada’) teve início por volta de 1830 com o objetivo de se estabelecer um pouso para facilitar as relações comerciais entre Goiás, Minas e São Paulo. O topônimo está relacionado à lenda indígena que relata a história de dois jovens, o cacique Piracan e a filha de seu inimigo, Jubara, cujo amor proibido fez com ambos se atirassem ao rio. Então surgiu nas águas do mesmo rio, um peixe até então desconhecido, assim receberam o nome de Piracanjuba, tanto o peixe como o rio.

Nas primeiras notícias de povoamento em Porangatu, consta a existência da fazenda Pindoreira, uma “Colônia de índios” fundada pelos padres da companhia de Jesus. Posteriormente, no século XVIII, surgiu um núcleo urbano cujo topônimo era “Descoberto”, também relacionado às

descobertas de ouro. Em 1943, passou a denominar-se “Porangatu” (do tupi *poran* + *gatu* ‘bela passagem’).

Os demais topônimos de origem indígena foram fundados já no século XX, mas por razões de espaço, são descritos em outro artigo.

Considerações Possíveis

O estudo dos designativos toponímicos pode revelar aspectos dos valores axiológicos da história de um lugar, principalmente quando se trata de topônimos de primeira ordem, pois estes refletem as especificidades do lugar captadas (ou recortadas) pelos falantes em suas interações com outros falantes e com o meio em que vivem o que remete, de alguma maneira, a inúmeros processos motivacionais que culminam com a escolha de um determinado nome para um lugar sejam acidentes físicos naturais ou acidentes antropoculturais tais como: morro, praça, cidades ou uma serra, ou ainda um rio que caminha sinuoso pelo vale.

Nessa perspectiva, a proposta de estudo desenvolvida observou que a escolha dos nomes dos lugares goianos, quando recai sobre um nome de origem indígena, tem sua motivação tanto em elementos físicos naturais - seja uma pedra, um aspecto da paisagem, um animal presente em determinado *habitat*, um rio – como em elementos de ordem mais subjetiva como a beleza do lugar, a impressão do denominador sobre o ambiente. Os topônimos também tentam trazer à lembrança, os primeiros habitantes do estado tais como os Crixás, os Kaiapó, os Guanicuns, entretanto não são as línguas faladas por eles que lhe servem etnônimo, mas a língua tupi, uma das duas línguas faladas pelos bandeirantes, os primeiros a darem nomes aos lugares goianos. Entretanto, em consonância com o que diz Rodrigues (2006), os nome próprios de lugares não têm sua origem, exatamente, em uma das duas línguas gerais faladas à época do Brasil colônia, eles foram criados mais tarde, quando a língua geral já deixava de ser falada. Por outro lado, o tupi desempenha, na tradição brasileira, papel parecido com o latim e o grego antigo nas ciências, isto é, representa uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais produtivo para se formar e até construir topônimos.

Notas

¹ Confira nota n.2.

² Exceto os povos nômades, que não têm um território físico politicamente delimitado, mas que mantém uma relação com um território sensorial, antropocultural no sentido de preservarem sua tradição de seres nômades, o território se constitui no ecossistema mental da língua, uma vez que guarda a história de seus antepassados, seus costumes, sua identidade de população errante, que pertence ao mundo.

³ Que se subdividem em descritivos puros, descritivos associativos e descritivos relativos. Estes ressaltam a relação do lugar com outro objeto extralinguístico, podem ser incluídos nessa classe, os “compass-point names” e os “mile-post names”.

⁴ São conhecidos também como “name-cluster”.

Referências

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

Dick M V de P do A 1990. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo.

Goiás. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas/SEPIN/ SEPLAN – Gerência de Estatística Socioeconômica, *Goiás*, Goiânia, 2010. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepín>

Quintela A C 2006. Os índios “goyá”: os fantasmas e nós. In: *Revista UFG*. Goiânia: UFG, n. 1. p. 44-48.

Rocha L M 1998. *O estado e os índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: UFG.

Rodrigues A D 2006. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 27-47.

Sampaio T 1928. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies.

Stewart G R 1954. A classification of place names. In: *Names*, Berkeley.

Tent J & Blair D 2011. Motivations for naming: the development of a toponymic typology for Australian placenames.

Tibiriçá L C 2009. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. Aclimação: Traço.